

Boletim Informativo

Edição 40
8.Novembro.2024



“A URP é nossa e ninguém tira!”

A decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal está certificada e a vitória da URP/89 consolidada para todos os servidores e servidoras técnico-administrativos da UnB

No dia 7 de novembro venceu o prazo para recursos e foi certificado o “trânsito em julgado” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), favorável à URP/89.

“Passamos períodos difíceis; seis meses de greve na década de 90, depois em 2010, e novamente em 2023. Mas resgatamos a URP. Essa vitória pertence aos servidores técnicos administrativos da UnB, ao SINTFUB, e a todos que colaboraram para que ela se concretizasse”.

Informe Jurídico

O Dr. Valmir Vieira, representante da assessoria jurídica do SINTFUB, da Wagner Advogados Associados, confirmou que “foram totalmente acolhidos os argumentos que colocamos no mandado de segurança 28.819, impetrado pelo SINTFUB, no ano de 2010, e a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, reconhece um índice cheio de 26,05% para todos os servidores técnicos administrativos, tanto ativos, quanto aposentados e pensionistas. É uma decisão que transitou em julgado, não houve, nem cabem mais recursos. Não há mais como o Tribunal de Contas da União (TCU) questionar o mérito desse índice no âmbito da UnB”.

Segundo o advogado, “devemos aguardar os próximos passos que é a Universidade providenciar o parecer de força executora, junto à Procuradoria e a AGU (Advocacia Geral da União), para o efetivo cumprimento e integralizar na folha de pagamento de todos os servidores, o índice de

26,05% referente à URP/89”. Além disso, “descongelar a URP na folha de pagamento, restabelecer o pagamento para aqueles que tiveram a supressão, como o caso dos aposentados, e dar início ao pagamento para os servidores novos que ainda não estão recebendo”, disse.

Diante disso, “daremos o cumprimento da obrigação de pagar, ajustando as execuções, cobrando as diferenças havidas desde o período do congelamento ou da supressão”, concluiu o Dr. Valmir que agradeceu ao SINTFUB “pela confiança no trabalho do escritório, a todos os servidores que agiram com muita luta, e também a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para essa vitória”.

Audiência com a reitora

Na manhã do dia 8 de novembro, o SINTFUB solicitou uma audiência com a Reitora, a professora Márcia Abrahão.

Maurício Sabino, coordenador de imprensa do SINTFUB, disse que “nessa audiência, solicitaremos imediato cumprimento da sentença para todos. Nós exigiremos da administração a solicitação do mandato de força executória, para tanto estaremos mobilizados e convocamos uma Assembleia Geral para terça-feira, a partir das 8h30, na Praça Chico Mendes. A URP é nossa, ninguém tira”.

Compareça à Assembleia, vamos celebrar e garantir nossa unidade.

ASSEMBLEIA SINTFUB



12/11



LOCAL: PRAÇA CHICO MENDES



8h30 PRIMEIRA CHAMADA
9h SEGUNDA CHAMADA



PAUTA:

1. Informes
2. Transito em julgado da URP
3. Encaminhamentos



@Sintfub_Unb



@sintfub_unb

Grupo de Trabalho avança no debate sobre o reposicionamento dos aposentados

Na manhã do dia 7 aconteceu a reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para discutir o reposicionamento dos aposentados que consta na Cláusula Nona do Termo de Acordo 11/2024, assinado no encerramento da GREVE deste ano. De acordo com a FASUBRA, que esteve na reunião representando trabalhadores técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, o objetivo é garantir o reposicionamento dos servidores aposentados por ocasião da criação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), em 2005, que foi feito considerando apenas o tempo de serviço público federal dos servidores e servidoras.

Durante a reunião, os representantes do MGI apresentaram a metodologia para extração dos dados

dos aposentados, aposentadas e pensionistas no enquadramento, quando da criação do PCCTAE em 2005. Uma das questões observadas foi a redução do número de aposentados e pensionistas desde essa data, fator que diminui o impacto financeiro do reposicionamento e pode favorecer a implementação do acordo.

A FASUBRA apresentou ao GT duas carreiras onde o reposicionamento foi pelo critério que defende: a do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), regida pela Lei 11.233/2005, e a carreira do Hospital das Forças Armadas (HFA), estabelecida pela



Lei 11.784/2008. Essas categorias tiveram aposentados e pensionistas reposicionados com base em sua posição relativa na estrutura de cargos, o que servirá como base para as novas simulações.

No encerramento da reunião, o GT validou a metodologia para elaborar as simulações de reposicionamento, que terão como critério a correção da posição relativa dos aposentados e pensionistas em dezembro de 2004. A pedido da FASUBRA, o MGI se comprometeu a apresentar um cronograma de reuniões para tratar de outros temas relacionados ao GT, além de solicitar um estudo sobre o regime de plantão 12/60, a ser encaminhado pela FASUBRA para futura regulamentação.

**Informações do site da FASUBRA.*

MGI envia Projeto de Lei ao Congresso

O MGI enviou ao Congresso Nacional o PL com a reestruturação do PCCTAE. No entanto, até o fechamento desta edição não havia maiores informações sobre o conteúdo. Em breve traremos notícias com detalhes do conteúdo do Projeto de Lei e os encaminhamentos da FASUBRA.

AGENDA



11-17 de novembro

Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação – UERJ

18 de novembro

Ato em defesa da Palestina, durante reunião do G20 – Rio de Janeiro

20 de novembro

Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra – Feriado

22-24 de novembro

Encontro Nacional de Saúde e Hospitais Universitários da FASUBRA – UnB

25 de novembro

Dia Nacional de Luta pelo fim da violência contra as mulheres

25-29 de novembro

XI Encontro Nacional da CIS (Comissões Internas de Supervisão do PCCTAE) – UFRN



6 de dezembro

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO 2024